



Gênero e Meio ambiente: estudo de caso das mulheres do Movimento Sem Terra do Acampamento Edson Nogueira, Macaé – RJ

Victória Mantuan¹, Ramiro Dulcich Piccolo², Rodrigo Lemes Martins³

Resumo: O presente trabalho é um estudo de caso centrado em um grupo de mulheres rurais do Acampamento Edson Nogueira, que faz parte da luta pela Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), localizado no distrito de Córrego Do Ouro em Macaé, Rio de Janeiro. É através dessa organização que as mulheres desenvolvem suas práticas de produção e reprodução por meio do manejo ecológico dos recursos naturais, construindo um espaço que propõe um modelo sustentável que garante a sobrevivência e a resistência do grupo. A discussão que envolve as mulheres sem-terra no contexto da luta pela Reforma Agrária Popular, compreende que a sustentabilidade está atrelada com um conjunto de processos que abrangem a diversidade cultural, racial e sexual. Para os Estudos Feministas, procuramos identificar como se dão as relações de gênero e meio ambiente que se encontram no acampamento, através de conhecimentos específicos do gênero feminino e a divisão sexual do trabalho. Percebeu-se o uso de métodos alternativos à saúde administrados a partir das plantas medicinais são preparados pelas mulheres acampadas, fruto da construção social. E a divisão sexual do trabalho está relacionada no âmbito privado, tal como comandar a cozinha coletiva. A discussão centra-se na necessidade de promover a ruptura de paradigmas e estereótipos, desnaturalizando tarefas ditas como “de mulher” e “de homem” pode construir uma sociedade mais igualitária e indicar novos rumos em direção à representação das mulheres no caminho da sustentabilidade.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo Radical; Plantas Medicinais; Divisão sexual do Trabalho.

¹ Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Licenciatura em Serviço Social pela Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nacional de Rosario (UNR), Argentina (2000), com Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil (2008). É professor Associado na Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus Universitário de Rio das Ostras (CURO). Realizou pós-doutorado na UFRJ em parceria com a Universidad de Valladolid (UVA), de Espanha (2017-2018). Pesquisa na área do Serviço Social e do pensamento social, com ênfase na formação profissional e a partir de linhas como: capitalismo contemporâneo na América Latina; Questão Social e respostas do Estado. Atua como educador do MST.

³ Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de Uberlândia (1999), mestrado em Biologia (Ecologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (2002) e doutorado em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro atuando junto ao Núcleo de Pesquisas em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação. Atualmente desenvolve estudos nas áreas de ecologia vegetal, conservação, recuperação de áreas degradadas, desenvolvimento socioambiental e sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

No dia 8 de março de 2006, aproximadamente duas mil mulheres da Via Campesina, principalmente do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organizaram, a fim de tornar público o ato político realizado de destruição de mudas e bandejas de eucalipto e pinus da empresa Aracruz em Rio Grande do Sul, Barra do Ribeiro. A repercussão gerada pela desobediência civil das mulheres camponesas foi a faísca necessária para quebrar o silêncio que existia sobre a guerra travada entre o meio ambiente e o ser humano no Brasil (VIA CAMPESINA, 2006). O que a matéria não diz é que essa atuação revelou também uma face pouco explorada do MST, relacionada à presença de mulheres na participação nos espaços públicos e demandas pela posse e uso da terra.

Esse ensaio parte do pressuposto de que a emancipação feminina nos âmbitos políticos, econômicos e sociais só vão poder ser restabelecidos quando estereótipos de gênero, como os cuidados em geral não forem tão somente tarefas destinadas às mulheres, e prover a saúde da família e limpeza da casa sejam responsabilidade de homens e mulheres (ANDRADE, 2015). Devido a imposição, que relega à mulher determinados comportamentos, pensamentos e atitudes, existe também uma dinâmica de gênero que envolve o meio ambiente nas suas diferentes circunstâncias. Entendemos que a inclusão de gênero no contexto do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável, é importante porque:

[...] permite compreender as relações que homens e mulheres estabelecem com a natureza, vinculados na realidade material, social e cultural, uma vez que estes vínculos são socialmente construídos e que variam segunda a raça, a etnia, a geração e o sexo em diferentes cenários (HERNÁNDEZ, 2010 p.1).

Dessa forma, aspectos legais, herança, divisão de trabalho e conhecimentos específicos são aportes para discutir gênero na perspectiva da sustentabilidade, já que

Existem disputas sobre gênero e meio ambiente, sobre relações entre cultura e natureza, público e privado, igualdade e diferença, objetivo e subjetivo, o econômico em relação ao político e ao cultural, além dos interesses instrumentais por afirmação de identidades institucionais e acesso os fundos com rubricas próprias (GARCIA, ABRAMOVAY, 1997 p.124).

Por isso é imprescindível incorporar gênero na política e programas sobre meio ambiente. Incluir a participação e sensibilidade de atores sociais (instituições, organizações governamentais e não governamentais) para a construção de uma visão mais holística, não é uma tarefa fácil, pois exige uma multipluracidade de disciplinas atuando em conjunto (HERNÁNDEZ, 2010).

Gênero⁴ será aqui utilizado com o conceito problematizador e não como algo inato ao corpo e à mente. Já que gênero é um produto das relações estabelecidas por um sistema imposto, que modifica comportamentos e pensamentos de homens e mulheres (SILIPRANDI, 2009). Gênero não é um conceito abstrato, pois se materializa em circunstâncias como poder masculino institucionalizado e nas relações pessoais, tais quais: desigualdade salarial, sistema de justiça criminal, maternidade, família, violência sexual (CAMERON; SCALON, 2012) e ainda o direito à propriedade e terra. Será, portanto, através da construção social que a manutenção de certas qualidades será forçada a serem reproduzidas, como um mecanismo patriarcal que designa o cuidado da prole, trabalho doméstico entre outros sejam considerados inatos das mulheres.

Com a finalidade de romper as barreiras que agrupam o ser humano em uma categoria unitária, sem considerar as suas diferenças, como gênero, raça, classe, etnia, geração entre outras, este estudo pretende ir além, e construir a partir de uma dinâmica multidisciplinar e holística, explorando os campos de Estudos Feministas e Etnobotânica, que constrói um intercâmbio entre as ciências biológicas e o feminismo radical.

Enquanto o feminismo foca em combater a ciência hegemônica e estipular estratégias e metodologias para analisar as experiências das mulheres como seres políticos e autônomos (DESCARRIES, 2000), a etnobotânica surge como ferramenta para a construção de políticas públicas e ações coletivas locais, pela valorização do saber tradicional e, por que não, feminino. No entanto, o conhecimento tradicional está atrelado com a tripla jornada de trabalho (GARCIA, ABRAMOVAY, 1997). Existem conhecimentos rotineiros que são específicos de gêneros, que homens e mulheres irão experimentar a partir das suas experiências como seres humanos e a partir daí é possível observar duas classes sexuais desempenhando atividades distintas.

⁴ Assuntos relacionados ao gênero podem gerar conflitos de ideias, isso porque as pessoas estão designando mais de um sentido à palavra gênero. Além disso, elas não estão falando do mesmo ponto de vista politicamente. Gênero, do ponto de vista do feminismo, é a relação de poder entre homens e mulheres (SCALON; CAMERON, 2012).

A Etnobotânica reflete, portanto, a importância de salvaguardar conhecimentos para que não se percam ou caiam no esquecimento, como na questão das mulheres rurais, no qual ao longo do tempo, seu conhecimento e trabalho foi invisibilizado, apagado e desvalorizado. Sendo assim, salienta-se a importância de considerar que mais estudos etnobotânicos sejam realizados no âmbito do ecofeminismo construtivista, já que são as mulheres as principais provedoras de conhecimentos tradicionais no que concerne ao estudo das plantas e responsáveis pela soberania alimentar e cuidados (VIEIRA; MILWARD-DE-AZEVENDO, 2018).

O presente ensaio apresenta um estudo de caso que investigou o conhecimento feminino sobre o uso plantas medicinais dentro do acampamento Edson Nogueira, do MST, Macaé, Rio de Janeiro, criado para promover pautas do campesinato tal como é a Reforma Agrária Popular e Agroecologia. Dessa forma, discutiremos a dinâmica que envolve gênero e meio ambiente na construção da proposta de um modelo de produção agroecológica dentro do acampamento supracitado. Serão desenvolvidas as discussões sobre a conexão que envolvem os conhecimentos específicos de mulheres sem-terras; sobre a existência de a divisão sexual de trabalho mesmo nesse ambiente, com a apresentação de políticas e programas públicos para gênero no contexto do meio ambiente.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido no acampamento Edson Nogueira, região de Macaé, no KM 19 da RJ-168, mais especificamente na região serrana do distrito de Córrego do Ouro (Latitude 22° 20' 56,4''S e Longitude 41° 56' 39,7'' O) do estado do Rio de Janeiro. O acampamento está localizado na porção baixa da bacia hidrográfica do Rio Macaé que, segundo a classificação de Köppen (1948), apresenta clima tropical úmido (Aw).

O acampamento comporta 150 famílias e foi organizado em 21 de abril de 2018, tendo como proposta fomentar educação popular, agricultura ecológica, habitação e cultura. O acampamento também abriga uma Unidade Pedagógica de Agroecologia (UPA), fruto da resistência territorial do MST na região, a fim de cumprir a função social da propriedade.

As famílias que compõem o acampamento são chefiadas majoritariamente por mulheres, antigas moradoras de favelas nas cidades do entorno que migraram para a região em busca de uma “vida digna”, segundo palavras das próprias moradoras, os principais bairros são Nova Holanda e Malvinas, em Macaé.

E para os estudos de gênero, meio ambiente e sustentabilidade, o artigo de Hernández (2010) e Siliprandi (2009) foram os guias centrais do trabalho, partindo do pressuposto de que a temática sobre gênero e meio ambiente, pode sugerir propostas de políticas públicas, reflexões, libertação, aumento da consciência coletiva e bem-viver social. Como guia da atuação em campo partiu-se de três questões que orientaram os estudos: (1) A problemática do meio ambiente, como por exemplo no âmbito comunitário, leva em conta fatores de gênero ou contextos histórico-culturais e socioeconômicos? (2) Como homens e mulheres têm acesso e conhecimento de plantas medicinais? (3) Como as tecnologias agrícolas benéficas ao meio ambiente afetam homens e mulheres?

A técnica de Grupo Focal foi utilizada com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. Essa metodologia é uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados, fornecendo uma grande riqueza de informações sobre o desempenho de atividades desenvolvidas, prestação de serviços ou outras questões. Seu objetivo principal é:

compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (MELO; CRUZ, 2014, p. 33).

O grupo de mulheres acompanhadas foi analisado por meio de visitas, realizadas entre março e novembro de 2019, durante os finais de semana, quando também eram realizadas aulas teóricas e práticas na Unidade Pedagógica de Agroecologia (UPA). Nos encontros foram avaliadas quais atividades as mulheres desempenham no acampamento, com o olhar sobre a participação das mulheres sem-terra no movimento e no desenvolvimento do conhecimento sobre cultivo e produção sustentável.

Para o registro, elaboraram-se diários de campo, transcritos em relatórios de campo, os acontecimentos, observações comportamentais, os principais educadores que mediam as aulas e investigar se existem atividades específicas dos grupos masculinos e femininos e quais.

Para sugerir a atividade referente ao conhecimento das acampadas em relação às plantas medicinais, foi realizada uma reunião com as sem-terra presentes após a aula da

UPA. Os relatos sobre o uso da planta (nome, parte utilizada, forma de administração e indicação de enfermidade) e sobre a participação das mulheres se basearam em comunicações pessoais. Esses dados foram obtidos por meio de incursões ao campo quando à medida que íamos coletando as plantas, foram discutidos seus usos e outros dados sobre a rotina de utilização.

A escolha do grupo focal e a decisão sobre a pessoa responsável por acompanhar as incursões guiadas ficava a critério da disponibilidade de tempo dos acampados e, como percebido, do grau de segurança que os mesmos apresentavam para conduzir a visita e orientação sobre as plantas.

Para guiar o estudo a respeito do conhecimento sobre plantas dos membros do grupo, utilizamos como suplemento o “Manual de Etnobotânica: Plantas, Artefatos e Conhecimento Indígenas” (CABALZAR *et al.*, 2017). Foram realizadas 4 caminhadas etnológicas a fim de coletar as principais plantas administradas como fitoterápicos. Tais coletas ocorreram nos dias 25, 27 de outubro e 3 e 9 de novembro de 2019. Foram coletadas amostras das plantas para sua identificação precisa, seguido de etiquetas com todas as informações coletadas, principalmente, local, nome botânico, nome tradicional e formas de administrar a planta. Câmeras também auxiliam o processo de registros. A coleta foi seguida em três etapas: coleta dos materiais, prensagem e secagem (CABALZAR *et al.*, 2017).

RESULTADOS

A partir das caminhadas etnológicas que ocorreram nos dias 25 e 27 de outubro e 3 e 9 de novembro de 2019 e de conversas informais durante as incursões ao campo, foi possível registrar o uso de 35 tipos distinguíveis de plantas. Desse total, foram identificadas 32 espécies de plantas distribuídas em 17 famílias e 3 plantas não foram identificadas. Todas as plantas identificadas (cultivadas ou não) estavam dentro do território de ocupação.

As visitas, em sua maioria, foram conduzidas por mulheres que concordaram em me acompanhar para a coleta das plantas e em compartilhar informações sobre os remédios caseiros. Em apenas 3 momentos, durante todo o estudo, e para três plantas, já indicadas pelas mulheres, solicitamos que homens do acampamento me auxiliassem na localização e coleta plantas. Eles conheciam os nomes e tinham boa vontade de participar, no entanto desconhecia algumas das indicações terapêuticas.

A partir das informações medicinais obtidas e aqui registradas, percebe-se a importância do registro de saberes tradicionais devido ao acúmulo do conhecimento gerado ao longo de gerações entre trabalhadoras rurais do acampamento. O conhecimento sobre as plantas medicinais parecem ser um recurso utilizado pelas mulheres sem-terra para poder remediar um problema social que afeta populações vulneráveis.

Percebe-se que a utilização de técnicas benéficas ao meio ambiente, como a produção agroecológica, afeta positivamente homens e mulheres porque proporcionam alimentação saudável e remédios caseiros naturais que são administrados pelas mulheres na cozinha coletiva. Sobre sua luta, ela pontua a importância da possibilidade de produzir seu próprio alimento ao afirmar: “- *A gente quer produzir comida sem veneno. Sinto muito*”.

As atividades que as mulheres sem-terra do Acampamento Edson Nogueira desempenham, durante as aulas da Unidade Pedagógica (UPA) se concentrava principalmente na cozinha coletiva. Nas visitas percebeu-se que as mulheres ficavam responsáveis por todo o trabalho da cozinha, raramente os homens preparavam as refeições, mas realizavam outras atividades. Com respeito aos mediadores das aulas, sendo os homens os principais protagonistas desta ação. Durante os intervalos das aulas, além da preparação do café, outras plantas medicinais eram servidas em bebidas oferecidas aos educandos, sendo o chá de erva cidreira e capim limão a bebida preparada e servida pelas mulheres. As mulheres revezam entre si sobre poder assistir um pedaço da aula e comandar a cozinha ou poder assistir a aula da UPA completa, ou atividade, sem interrupção. Para que a cozinha coletiva continuasse funcionando organizam-se entre elas ao longo do mês, definindo quem fica responsável pela cozinha.

A divisão sexual do trabalho se concentra principalmente na alimentação, enquanto as mulheres preparam as refeições, os homens pegam lenha, e como possuem maior saber relacionado ao uso medicinal das plantas dado a construção social, elas também fornecem a cura.

A autonomia das mulheres sem-terra do Acampamento Edson Nogueira é observada como a principal protagonista na construção de sua história e também do MST. O depoimento da informante A sobre a sua experiência de 1,6 anos como acampada é contundente ao afirmar: - “*Quando me questionam como eu tive coragem de acampar, eu respondo que não é coragem, é sobrevivência (...) luto por cada um que tá lá dentro. Aprendi a respeitar e a ser respeitada.*”.

O setor de gênero do acampamento se encontra ainda em fase inicial. O setor, originalmente, visa pautar politicamente o papel da mulher na organização do movimento, na luta pela terra e na transformação social. No entanto, o setor de gênero não se furta do papel de escutar, agir e acolher as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade e violência. A suma importância desse setor, também se dá no fato de que não existe delegacia da mulher nos arredores de Glicério, demonstrando o descaso das autoridades com a população rural de Macaé, fazendo com que os sem-terras se reorganizem em virtude da falta de planejamento da cidade. Apesar da existência do setor de gênero no MST, muito pouco se discutiu ou falou sobre as violências das mulheres durante o período estudado.

Foi possível evidenciar a existência de conflitos de gênero e meio ambiente, dado que são relações construídas em sociedades patriarcais há 7 milênios. Essa relação ainda persiste fortemente em ambientes que pretendem maior equidade nas relações. Por isso a necessidade de atentar os olhares para a questão de gênero, não deve passar despercebido ou analisado como uma questão secundária dentro dos movimentos sociais. Já que a diversidade de gênero, raça e classe são indissolúveis e devem ser analisadas em conjunto. Buscar a desnaturalização das relações de trabalho é um passo importante para o caminho da emancipação feminina. Apesar de ser possível supor que homens e mulheres disputam entre si o território ou espaço a ser trabalhado dentro do acampamento, as mulheres parecem perceber que nesse espaço existem maiores oportunidades, pois registram-se falas que sugerem que as mulheres participam do Projeto de Reforma Agrária e da UPA a fim de se emancipar e conquistar o que é seu por direito: um espaço de produção agrícola e engajamento político, desafiando todas as formas de poder, o que fica marcado pela fala emitida fora do contexto pela informante C: *“O homem pode do mesmo jeito que a mulher”*. A mesma argumenta que, no MST, os núcleos são divididos entre homem e mulher, com direitos iguais e espaço de fala.

DISCUSSÃO

Conforme os resultados obtidos, foi possível perceber uma dinâmica de gênero envolvida, de forma que mesmo dentro dos territórios de ocupação do MST, a mulher vai estabelecer uma relação com o meio ambiente diferente do homem. Como explica Beauvoir (1949), sabemos que a origem de conhecimentos específicos de gênero e a divisão sexual de tarefas é a opressão feminina mais antiga. Apesar dessa imposição social, as tarefas desempenhadas por cada trabalhadora rural são produtivas, porque

garante a sobrevivência da comunidade e a sustentabilidade atrelada a biodiversidade e saúde humana. Assim sendo, seu trabalho deve ser considerado como produtivo, e deve ser valorizado, no entanto, a tarefa feminista é desnaturalizar as condições que confina a mulher no mundo privado.

Para a efetiva emancipação das mulheres sem-terra a auto-organização se mostra indispensável, para tanto é necessário espaços e oportunidades para discussão dessas questões dentro do espaço do acampamento, garantindo a existência de agendas e atividades, que promovam o respeito, autonomia e permanência das mulheres dentro do movimento. Para Rowland e Klein (1997) a libertação das mulheres começa pelo despertar da consciência sobre a opressão de gênero, raça e classe.

No contexto das terras socializadas pela Reforma Agrária Popular a coletividade é a chave para a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Cabe destacar que a Reforma Agrária que está na Lei é diferente da Reforma Agrária Popular proposta pelo MST. Para os sem-terra, “*o MST luta pela Reforma Agrária Popular e Agroecologia*” que deve ser aprendida na prática e teoria. Esse tipo de abordagem contribui para um novo modelo de sociedade ao promover a materialização da agroecologia. A Reforma Agrária clássica, com a simples distribuição de terras, não é o modelo aceito por eles pois perpetua o modo de produção em monoculturas e não estabelece relações de cuidado comunitário, coisa que o MST proporciona ao construir uma Reforma Agrária Popular e fornece ferramentas de resistência, como a arte e cultura para construir a territorialidade. A Reforma Agrária Popular, tem como objetivos: a construção do território na luta pela terra, a reforma agrária e uma revolução socialista. Esse projeto, na dinâmica geral da luta de classes, constitui os territórios.

Nesse contexto, a inclusão de pautas feministas se torna ainda mais premente. Isso porque, o feminismo, além de considerar a mulher no planejamento do desenvolvimento sustentável, denuncia como a desigualdade de poder as afetam, já que “*a discriminação entre os sexos não se encontra pré-determinada biologicamente, nem enraizada na constituição do corpo humano, mas ela é socialmente construída*” (HERNÁNDEZ, p. 31 2010). O ecofeminismo construtivista por exemplo, considerou as mulheres como importantes agentes na conservação ambiental, ao valorizar a cultura e o conhecimento, como é o caso das trabalhadoras rurais no cultivo de hortas e uso de plantas medicinais. Essa é a base para incluir gênero nos programas, políticas e pesquisas que são construídas nas instituições acadêmicas (HERNÁNDEZ, 2010).

Cabe destacar que, a forma como a conjuntura social se estrutura, oprime a mulher branca e ainda mais a mulher negra. Portanto, fazer uma análise radical da opressão implica em combater o racismo, o machismo e a sociedade estruturada em classes. Nesse contexto, as mulheres do campo do MST, encontraram nesse espaço uma forma de resistência à sociedade que as marginaliza, e se dispõe na linha de frente resistindo e denunciando contra as injustiças sociais e ambientais.

O uso e cultivo de plantas medicinais são importantes no contexto de marginalidade de um sistema que criminaliza o campesinato, pois, nesse sistema, o acesso à saúde e a instrumentos de proteção da mulher fica dificultado, porque não há posto de saúde ou delegacia da mulher nos arredores do Acampamento.

Com a ferramenta do conhecimento registrado a respeito das plantas medicinais, abre-se a perspectiva para a criação de uma horta medicinal ou de um horto-matriz, o que é fundamental para a agregar proposta de sustentabilidade do acampamento com o engajamento protagonizado pelas mulheres do assentamento e acampamento. Como exemplo temos o modelo de “Farmácias Vivas” da Universidade Federal do Ceará, dirigido pelo Dr. Abreu Matos. O horto-matriz pode ser uma iniciativa que envolve profissionais da universidade (cursos de farmácia, agronomia, nutrição, medicina e biologia), a fim de oferecer o desenvolvimento da saúde, seja produzindo mudas, seja preservando a biodiversidade e a cultura da informação popular a respeito das plantas medicinais (LORENZI, MATOS, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a experiência de ser mulher e seus desafios, seus conhecimentos, é uma forma de, finalmente, apresentá-las como sujeitas transformadoras, capazes de construir um meio ambiente sustentável, baseado na equidade de gênero, raça e classe. Portanto, consideramos que uma forma de alavancar o protagonismo feminino, é inseri-las na participação social, de forma que elas socializem seus conhecimentos, tal como são os saberes sobre a cura das plantas medicinais, atravessando as opressões de gênero, raça e classe.

O fato de registrarmos um conflito de gênero, dada a divisão sexual do trabalho e conhecimentos específicos de gênero, manifesta a existência de um longo caminho para a criação de uma sociedade igualitária. Para a efetiva emancipação das mulheres no projeto da reforma agrária popular, para além da conservação da biodiversidade e o conhecimento tradicional, devemos socializar os cuidados relacionados à saúde sejam

conhecidos por todos da comunidade, erradicar violações contra o sexo feminino, assegurando os direitos das mulheres, considerando a vida digna, à posse de terra e uso dos recursos naturais, respeito e autonomia. O MST, é e foi o principal movimento propulsor da reforma agrária, e não pode ser incipiente em relação às questões de gênero, devendo incorporar as questões de gênero dentro dos espaços de educação.

Os olhares feministas não podem passar inócuos aos problemas das mulheres rurais, por isso lutar por creches acessíveis nos espaços rurais e urbanos, postos de saúde, direito a terra, propriedade e recursos, delegacia da mulher, contra o feminicídio, assédio, violência sexual e instituições sociais que colocam a mulher em uma hierarquia abaixo homem, englobam os problemas que afetam gênero e meio ambiente.

Apesar das mulheres do acampamento não se posicionarem como feministas, atuam como importantes agentes políticos de transformação socioambiental, ao dar novos sentidos aos recursos e ao compartilhar saberes sobre métodos alternativos para a saúde e bem-viver, ao mesmo passo que confrontam o agronegócio, latifúndio e patriarcado. Forjar novos contextos históricos e concepções de viver, é capaz de construir uma nova realidade social para mulheres rurais baseado na sustentabilidade dos recursos naturais.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento Sem-Terra, que travaram lutas importantíssimas na América Latina e no mundo, em especial ao Acampamento Edson Nogueira e Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira em Macaé, Rio de Janeiro. E principalmente às mulheres sem-terra por aceitarem me acompanhar no projeto e compartilhar suas experiências e métodos alternativos à saúde baseado nas plantas medicinais. Institucionalmente, fui bolsista do Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão (PROFAEX) – Edição 2018, do Projeto Promoção à Saúde Integral da População Negra e Valorização da História e Cultura Afro-brasileira – Axé Saúde, coordenado pela Profa. Dra. Caroline Guilherme, no período de 31/03/2019 a 01/06/2019. Agradecemos também ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio da Chamada MCTI/CNPq nº 20/2017 – Nexus II: Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis para a Garantia da Segurança Alimentar. E por fim, gostaria de agradecer todas as considerações feitas pela revisora Fernanda Savickique, que enriqueceu grandemente o trabalho final.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. J. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, 18: 265-300, 2015.

BEAVOUIR, S. O segundo sexo. *Fatos e Mitos*. Librairie Gallimard, Paris. Difusão europeia do livro, São Paulo Vol I 1ª edição. 1949.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Brasília, 1964. Disponível em <[L4504](#)> Acesso em 1 jul 2020

CABALZAR, A; FONSECA-KRUEL, V. S; MARTINS, L; NESBITT, M; COELHO-FERREIRA, M; GARCÉS, C; LINS, J; MILLIKEN, W; AZEVEDO, D; GIOVANNINI, P; DA-SILVA, A. L; JAN VAN DER VELD, P. Manual de Etnobotânica: Plantas, Artefatos e Conhecimento Indígenas. São Paulo. Instituto Socioambiental. Gabriel da Cachoeira - AM. 2017.

CAMERON, D; SCALON, J. Falando sobre gênero. [recurso eletrônico]. Disponível em <<https://materialfeminista.milharal.org/2012/08/02/traducao-falando-sobre-genero/>>Tradução: Maria da Silva 2012.

DESCARRIES, F. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. In: SWAIN, T (Org.) *Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília: UnB, 8(1/2): 9-46, 2000.

GARCIA, M. & ABRAMOVAY, M. Gênero e Meio ambiente. São Paulo: Cortez Editora. 2ª ed. 1997

HERNÁNDEZ, C. O. Gênero e Meio ambiente: A construção do discurso para o desenvolvimento sustentável. *Ambiente y Desarrollo* 14(26).

KÖPPEN, W. Klassifikation der klimate nach temperatur, niederschlag und jahreslauf. *Petermanns Geographische Mitteilungen*, Gotha, v. 64, p. 193-203, 1918.

LORENZI, H; MATOS, F. J. A. Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas 2ª edição. Instituto Plantarum. Nova Odessa, São Paulo 2008.

MELO, M. C. H. de; CRUZ, G. de C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. *Imagens da educação*. 2014 4(2):31 – 39.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de doutorado. Pós graduação em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009.

VIA CAMPESINA. O latifúndio dos eucaliptos: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Porto Alegre, 2006.

VIEIRA, B. B; MILWARD-DE-AZEVEDO, M. A. A etnobotânica e o ecofeminismo em prol da conservação ambiental. *Diversidade e Gestão* 2(2): 178-188. 2018.

WOLLSTONECRAFT, M. Reivindicação dos direitos da mulher. Edição comentada do clássico feminista. Boitempo, 1992.